

# Festas régias e comunicação política no Portugal moderno (1521-1572)

ANA ISABEL BUESCU \*

Ao reflectir sobre a realidade constituída pela festa, não pode o historiador, para lá de atender à sua inscrição e entendimento num tempo, numa sociedade e num espaço definidos, alhear-se da sua essencial dimensão simbólica e antropológica. Presente em todas as épocas, tempos e civilizações, a festa, na extraordinária multiplicidade das suas materializações, no complexo jogo dos seus muitos significados, é, verdadeiramente, uma expressão perene de todas as sociedades humanas.

Assim, em muitos aspectos, o estudo da festa pelo historiador cruza-se, necessariamente, com outras disciplinas e campos de estudo, que lhe são próximos mas ao mesmo tempo distantes, como a antropologia, a etnologia, a sociologia, a simbólica, e, em certo sentido, a história das religiões, tal como foi praticada, por exemplo, por Mircea Eliade, na busca de «fundos comuns» e de «eternos retornos» que transcendem a historicidade do tempo e das coisas<sup>1</sup>. Mas a especificidade da abordagem do historiador, incorporando aqueles outros olhares e conceitos, radica, precisamente, no estudo da festa enquanto acontecimento com uma espessura temporal que o inscreve num ponto preciso do devir, e situado numa espacialidade também ela singular que, em conjugação com o tempo, o torna único e irrepetível.

---

\* Professora associada da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Isto não significa que, no âmago da festa, tal como é estudada pela história, a *repetição* não tenha um papel central, bem pelo contrário. Na verdade, se a festa pressupõe uma *celebração*, de carácter sagrado ou profano, individual ou colectivo, e se a ela se liga uma *memória* a preservar e a transmitir, então percebe-se o lugar central que a *comemoração*, essencialmente repetitiva e para-arquetípica<sup>2</sup>, tem na fixação e na reprodução dessa memória. Portanto, a história, sendo por natureza o «lugar» do acontecimento único e irrepitível, é, no que respeita à forma como a festa lida com a memória, indissociável da repetição.

Estes aspectos – em particular a noção de que da festa é indissociável a memória, e que esta, quer individual quer colectiva, é sempre social, ou seja, inscrita sempre em quadros sociais mais ou menos alargados que a condicionam – foram estudados de forma pioneira, em estudos hoje clássicos, pelo sociólogo Maurice Halbwachs. Em síntese, Halbwachs defendia que é através da pertença a um grupo social (parentesco, filiações de classe social, profissional e religião, por exemplo) que os indivíduos são capazes de adquirir, localizar e evocar as suas memórias; e que as experiências do presente dependem, em grande medida, do nosso conhecimento do passado, isto é, dessas memórias tal como são por nós recolhidas e seleccionadas<sup>3</sup>. Como se compreende, esta noção é decisiva para a história – em divergência com outras concepções, como a de Eliade, para quem a memória colectiva é essencialmente a-histórica<sup>4</sup>.

Retomando os trabalhos fundadores de Halbwachs, em obra pela primeira vez publicada em 1989<sup>5</sup>, Paul Connerton, colocando como «pano de fundo» a noção da memória social, toma como objectivo central entender os mecanismos pelos quais se conserva e transmite a memória dos grupos sociais. Ou, como lapidarmente define no título do seu livro, trata-se de averiguar de que forma as sociedades recordam. Ao contrário das opiniões tornadas correntes que acentuam o papel da escrita e dos materiais simbólicos enquanto suportes da memória social, Connerton sustenta que «as imagens do passado e o conhecimento dele recolhido são [...] transmitidos e conservados através de *performances* mais ou menos rituais»<sup>6</sup>. E, sendo que a coesão dos grupos sociais depende de uma memória partilhada entre os seus elementos, entende-se de que forma se torna necessário reatualizá-la, através da repetição e da comemoração, para que ela possa, então, conservar-se e ser transmitida – em suma, triunfar como elemento de identidade do grupo.

Se o objecto de análise for uma memória colectiva, na escala alargada da nação ou do Estado, torna-se claro como num tal processo é também, e de forma crucial, o poder que está em jogo. Poder que, muitas vezes, procura interferir e moldar em seu proveito uma memória transmitida essencialmente através de rituais densos, de momentos únicos – as «cerimónias comemorativas», como lhes chama o

nosso autor. Connerton dá como exemplo-limite os rituais nacional-socialistas do Terceiro Reich, a «liturgia nazi», exemplo flagrante do que classifica como «acção ritual» (repetição, continuidade com o passado, comemoração, identidade), mas aborda ainda os casos das grandes religiões (cristianismo, islão), e os rituais políticos quer da realeza quer da república, em que o corpo, a sua evidência, gestos e simbólica acabam por ter um lugar activo e central. Em ano de comemorações como é este de 2010, a leitura da reflexão de Connerton é, no mínimo, estimulante<sup>7</sup>.

Esta reflexão prévia, necessariamente transdisciplinar, não nos afasta do nosso objecto; antes traz para primeiro plano noções e conceitos centrais para o estudo da festa, mas também a convicção de que, ao fazê-lo, não pode o historiador ignorar as outras ciências sociais e humanas e, de uma forma mais geral, outros saberes e outros olhares que se torna necessário incorporar, também, na sua reflexão sobre essa realidade essencialmente complexa que é a festa. Deixamos de lado outras materializações e irrupções da festa e do lúdico igualmente significantes, como é todo o universo da festa no âmbito da cultura dita «popular» e da festa religiosa e litúrgica, objecto de numerosíssimos estudos quer para a época medieval quer para a época moderna, com contributos fundamentais oriundos, também, de diferentes campos do saber e abordagens complementares. Em todo o caso, é importante assinalar que, para lá da sua especificidade intrínseca, se trata de universos mutuamente permeáveis, em que é por vezes difícil destrinçar onde começa o sagrado ou o profano, e vice-versa. Das festas dos loucos e dos carnavais na época medieval, como exemplarmente evidenciou Jacques Heers em estudo clássico, não era possível dissociar o sagrado, bem como, em sentido inverso, também a festa litúrgica e religiosa, desde os primórdios do cristianismo, se mesclava com o profano<sup>8</sup>.

No interior, pois, desse vastíssimo campo que se oferece à nossa análise, elegemos como objecto, como o nosso título indica e o prisma desta reflexão prévia deixa entrever, um aspecto que já nos ocupou em anteriores trabalhos<sup>9</sup>, e que, genericamente, põe em campo as relações entre a festa – em várias das suas declinações – e o poder, que analisaremos num tempo e num espaço determinados. Assim, o nosso objecto serão as festas da realeza no Portugal quinhentista, aqui tomadas no sentido mais amplo de celebrações cerimoniais, procurando evidenciar como elas, tão diferentes na sua essência e finalidade (entradas triunfais de reis e de vice-reis, casamentos régios, partidas de infantas e de princesas, entronização dos monarcas, funerais e trasladações dos corpos régios), eram parte integrante de um sistema de *comunicação política*<sup>10</sup>, comum à generalidade das monarquias de Antigo Regime<sup>11</sup>.

Na verdade, estes momentos cerimoniais constituíam um elemento fundamental no âmbito das práticas rituais e comemorativas, na encenação dos poderes e nos próprios mecanismos de comunicação política da realeza, na ausência – é conveniente recordá-lo – de muitos outros de que dispõem os sistemas políticos contemporâneos. Em muitos aspectos essencialmente *conservadoras* – pois que, em larga medida, procuravam reproduzir práticas, rituais e etiquetas anteriores, reactualizando-as –, estas cerimónias, na sua diversidade, faziam parte integrante de uma coerente «gramática» de celebração da monarquia e de afirmação – e exibição – ritual do seu poder, e até mesmo de arma política<sup>12</sup>. Por isso, estes e outros momentos rituais, como a sagração dos reis<sup>13</sup>, concitaram o interesse de historiadores e de antropólogos, empenhados em compreender a sua dimensão política, simbólica e até sacral<sup>14</sup>, e a particular relação entre *poder* e *cerimonial*<sup>15</sup>, onde outros quiseram ver a mera ostentação de riqueza e aparato sem significado relevante, e portanto sem substância específica enquanto objecto historiográfico.

A produção historiográfica sobre celebrações e momentos rituais da monarquia, sob diferentes ângulos e perspectivas, teve, entre os seus estudos fundadores, os de Marc Bloch<sup>16</sup>, Ernst Kantorowicz<sup>17</sup>, Ralph Giesey<sup>18</sup>, e também os de Bernard Guenée e François Lehoux<sup>19</sup>, Roy Strong<sup>20</sup> e Frances Yates<sup>21</sup>, e ainda os de obras colectivas que contribuíram de forma decisiva para a «invenção» e enraizamento deste campo historiográfico<sup>22</sup>. Este não tem deixado de crescer, em especial nas últimas quatro décadas, atingindo hoje uma expressão particular e constituindo, verdadeiramente, apesar da sua grande diversidade, um campo específico de estudos dentro da moderna historiografia<sup>23</sup>, implicando também relações muito estreitas, e de grande sinergia, com outras disciplinas e campos de análise, como a antropologia, a literatura e a história de arte. Do nosso ponto de vista, e no que diz respeito ao século XVI, a obra que melhor ilustra esta convergência é o excepcional, embora pouco conhecido, livro de Anne-Marie Lecoq sobre Francisco I de França<sup>24</sup>. No caso português, e numa visão de conjunto, torna-se necessário destacar o trabalho pioneiro de Ana Maria Alves sobre as entradas régias<sup>25</sup>, mas também o inquérito mais vasto, encetado por Diogo Ramada Curto, sobre os ritos e as cerimónias da monarquia em Portugal na época moderna<sup>26</sup>, recentemente objecto de estudos, em aspectos parcelares e específicos, entre outros, de Francisco Ribeiro da Silva<sup>27</sup>, Renata de Araújo<sup>28</sup>, Rita Costa Gomes<sup>29</sup>, Pedro Cardim<sup>30</sup>, José Pedro Paiva<sup>31</sup>, Ana Cristina Araújo<sup>32</sup> e Maria Paula Marçal Lourenço<sup>33</sup>.

A panorâmica que iremos traçar sobre os momentos cerimoniais escolhidos<sup>34</sup> será breve, por motivo de espaço, e muito haveria a detalhar sobre eventos

que eram sempre concebidos, preparados e realizados com grande minúcia e pormenor. Começamos pelo momento ritual que constituiu matéria do estudo de Ana Maria Alves: as entradas régias, sem dúvida um instrumento privilegiado no conjunto dos dispositivos políticos e simbólicos de afirmação do poder das monarquias europeias nos séculos xv e xvi<sup>35</sup>. Na primeira metade do século xvi, por duas vezes os monarcas portugueses fizeram entradas triunfais em Lisboa, principal cidade do país, em situações diferentes, mas ambas de elevado significado político para a realeza e para o reino<sup>36</sup>. A primeira teve lugar quase no final do reinado de D. Manuel I, em Janeiro de 1521, quando o monarca, depois de uma ausência de cerca de dois anos e meio, entrou em Lisboa na companhia da sua terceira mulher, D. Leonor de Áustria<sup>37</sup>. Este casamento, ocorrido num contexto de profundas mutações políticas na Europa, assinalava o estabelecimento da aliança dinástica dos reis de Portugal e da dinastia Avis-Beja com a casa Habsburgo. A segunda entrada ocorreu três décadas mais tarde, quando, em Novembro de 1552, a princesa D. Joana de Áustria (n. 1535), filha do imperador Carlos V e de D. Isabel, entrou em Lisboa, na companhia de D. João III, para se casar com o príncipe D. João (n. 1537), numa conjuntura de extrema delicadeza política perante a sucessão do reino.

Ocorridas em momentos bem diferentes, estas duas entradas, que conhecemos com minúcia<sup>38</sup>, testemunham, pelo aparato e pompa de que se revestiram, a dimensão política e simbólica de que falávamos. A organização dessas festas cabia à Câmara da cidade que fazia o recebimento, a qual, para o efeito, nomeava responsáveis pela sua organização, implicando importantes despesas para o governo municipal, que procurava fazer dessa recepção um testemunho da lealdade ao rei, mas também do dinamismo económico e social da cidade. A complexidade destas cerimónias explica que a Câmara de Lisboa possuísse um *Regimento* outorgado pelo rei D. Manuel em 1502 que regulava de forma minuciosa diversos aspectos dos recebimentos dos reis na cidade<sup>39</sup>.

Dado que o que estava em causa, fundamentalmente, era erguer uma cenografia do poder, em que a arte efémera ocupava um lugar central, não espanta que fosse Gil Vicente († c. 1536), habituado que estava, pelas suas funções na corte, a fazer e a desfazer cenários para as encenações dos seus autos, o encarregado de conceber tais festejos na entrada de 1521. Por carta de 29 de Novembro de 1520, o soberano pedia que a Câmara de Lisboa ouvisse e seguisse as indicações de Gil Vicente em tudo o que dissesse respeito às festas em preparação para a entrada dos reis na cidade<sup>40</sup>. E Gil Vicente, para receber D. Manuel I e D. Leonor, mas também os nobres da corte e a comitiva de fidalgos castelhanos e flamengos, concebeu uma representação que, conciliando o sagrado e o profano, a citação

clássica, traços de um imaginário popular e urbano e o exotismo de longínquas paragens, celebrava o rei e o seu poder d'aquém e d'além-mar, como sabemos através da «cinematográfica» descrição de Gaspar Correia<sup>41</sup>. Sigamo-la de perto.

Finalizados que estavam os preparativos do recebimento na cidade, o rei, a rainha e a corte deixaram Almeirim e aposentaram-se no Lavradio, onde permaneceram quatro dias, assistindo ao espectáculo de uma cidade pronta para os receber, com fogo-de-artifício lançado todas as noites quer em terra quer das naus que estavam no Tejo; de Lisboa partiam todos os dias caravelas, batéis e barcos para assistirem à passagem do rei e da rainha, fazendo «muitos jogos e invenções», engalanados com toldos de brocados e sedas e vistosas bandeiras. Passados esses dias, os monarcas, o príncipe, infantas e infantes e muitos nobres da corte embarcaram numa grande fusta, recoberta na proa de ramadas de cravos, rosas, manjerona e outras plantas e flores, e o toldo da proa forrado de brocado raso e sobre ele uma bandeira real com a Cruz de Cristo.

A fusta onde iam os reis e os nobres não tinha vela nem remadores; levava-a uma outra fusta puxada por uma grossa cadeia dourada, nas mãos da figura gigantesca de um S. Cristóvão – o mesmo que transportara Cristo sobre os ombros de uma margem para a outra do rio – «da altura de três homens, muito formoso e bem feito», vestido de um saio de damasco da Índia, com barras de cetim de Bruges<sup>42</sup>. Nesta embarcação seguiam os oficiais da cidade vestidos «de sedas e colares», ostentando em instrumentos e adereços as cores e a divisa da cidade de Lisboa: as bandeiras bordadas com a nau e os corvos, os remadores vestidos de libré preta e branca «com muitos corvos», os paramentos que pendiam até à água também com os corvos bordados. Muitos outros batéis acompanharam a passagem do rei do Lavradio até Lisboa, rivalizando entre si na riqueza e aparato da sua apresentação – o dos oficiais da Alfândega, outro dos oficiais da Casa da Mina e de outras casas de oficiais, barcas de oficiais mecânicos de toda a cidade e do seu termo, vários barcos de lugares do Ribatejo com homens mancebos e moças que cantavam e bailavam.

Mais de seiscentas velas acompanharam a passagem dos reis de Portugal do Lavradio até Xabregas, onde estava a *rainha velha*, D. Leonor, irmã do monarca, que saiu no seu andor ao seu encontro até à praia. O rei ordenou que as naus ficassem ao largo, afastadas da praia para não impedir a vista nem perturbar a entrada. Toda a cidade esperava; muros e janelas com toldos e paramentados de bandeiras e estandartes, ruas e «lugares de vista» apinhados de gente para ver passar a fusta real. A artilharia das naus atirava os ares; e foi neste cenário que, com grande vagar, a fusta foi desembarcar «no cais das casas», na Ribeira, onde tudo estava toldado e armado de tapeçarias. Os reis dormiram no paço e, no dia seguinte, manhã

cedo, com o príncipe e toda a corte, a cavalo, foram da Ribeira à Porta daoura, onde se deu então início às cerimónias desta *joyeuse entrée* na cidade.

Entramos, aqui, em pleno território do efémero<sup>43</sup>. Desta dimensão das festas, esteve, como dissemos, encarregado Gil Vicente. Pela concepção dos cadafalsos – construção que «é quase a modo de castelo, mas de madeira, e para pouco tempo»<sup>44</sup> – desta entrada foram-lhe pagos quarenta mil réis<sup>45</sup>. Na Porta daoura estava armado um grande cadafalso, onde os reis foram recebidos com um discurso de boas-vindas, a que se seguiu, como estabelecia o Regimento de 1502, a entrega das chaves da cidade por oficiais da Câmara, as quais estavam não num «bacio de prata», como se dizia no Regimento, mas num cofre dourado, com fechadura de prata e respectiva chave com cordão e borla de ouro<sup>46</sup>. O vereador, a quem coube, por sortes, entregar as chaves da cidade, depois de as beijar, colocou-as na mão do rei, dizendo «que esta mui nobre, e sempre leal cidade de Lisboa lhe entrega as chaves de todas suas partes, e dos leais corações de seus moradores, e de seus corpos e haveres, per todo o serviço»<sup>47</sup>. Sobre as pessoas régias colocou-se, de acordo com costume antigo, um pálio de brocado levado por vários oficiais; diante da comitiva, as charamelas, trombetas e atabales faziam soar a música, acompanhada de danças, cantares e folias de judeus e mouros.

Vejamós nós agora aquilo que foi então mostrado aos reis e a todos os que os acompanhavam. Nos vários cadafalsos que pontuavam o itinerário régio encenavam-se quadros vivos, bem à maneira medieval<sup>48</sup>, que simbolizavam cenas, imaginários e realidades emblematicamente relevantes, de carácter sagrado e profano. Assim, logo à direita, encontrava-se um cadafalso com uma grande e dourada árvore de Jessé que saía do peito de Adão, deitado e adormecido, onde se viam representados todos os reis e profetas, «e em cima em um céu, Deus Padre com a corte angélica», com muitos instrumentos e música; do lado esquerdo, outro cadafalso, coberto de ramos e de arvoredo, com várias fontes jorrando água, que representava a ilha da Madeira; dentro, num aposento ricamente ornamentado, estavam quatro fadas, e numa câmara quatro sereias cantavam docemente, embalando um berço dourado, onde uma criança recebia os maiores dons que as fadas lhe concediam. O rei, segundo o cronista, mostrou-se agradado com esta encenação.

Um outro enorme cadafalso, que ia da «entrada das fangas da farinha até à varanda d'el Rei», mostrava, exibindo a riqueza do império de D. Manuel, todas as fortalezas-feitorias da Índia,

bem lavradas e pintadas [...] com grandes portas e em cima seus letreiros nomeando-as. A cada porta mesa de feitoria posta com suas mercadorias e oficiais comprando e vendendo com os da terra cada uns [*sic*] em suas figuras e trajos e línguas mui naturais e tudo em muita perfeição e gentileza.

Do outro lado, estava a Guiné com a Mina e, ao pé da varanda, um outro cadafalso, em que oficiais da moeda lavravam ouro e prata, rodeados de grandes montes de barras de metal; um cisne de penas douradas e colar de ouro ao pescoço enchia o papo de moedas e, chegando-se à beira do cadafalso, expelia as moedas de ouro e prata para cima das gentes que, em grande alvoroço, se precipitavam para as arrebanhar. Mais adiante, num outro cadafalso onde estavam os tanoeiros, duas figuras femininas metidas em tinas até à cintura lançavam dos peitos nus abundante vinho tinto e branco, que caía noutras tinas perto do chão; escudelas de pau encontravam-se à disposição de quantos queriam beber, para grande satisfação de todos, e também dos estrangeiros, que «houveram muito prazer por ser vinho». Em cima, por entre um denso bosque, uma sereia penteava os longos cabelos frente a um espelho, dama encantada de um castelo guardado por um dragão deitado a seus pés...

Momento alto aguardava a passagem dos monarcas no Arco dos Barretes. Numa grande construção de espesso arvoredado e viçosas flores, ouvindo-se o chilrear dos pássaros e o canto das aves, surgiu um cisne com um colar de ouro ao pescoço que, através de uma cadeia, puxava um batel toldado de veludo carmesim; dentro, um cavaleiro que saiu e foi guiado pelo cisne por entre o arvoredado até um limoeiro de grandes limões dourados, qual Jardim das Hespérides, iluminado por pequenas candeias acesas. No meio, uma grande esfera de ouro fechada, guardada por um forte leão, que o cavaleiro combateu e venceu. Então, a esfera abriu-se a meio, dela saindo uma formosa donzela, com uma coroa de ouro na cabeça, representando a rainha D. Leonor; o cavaleiro, que ela abraçou com ternura, era o rei D. Manuel. Ambos foram coroados por um anjo descido do céu. Passeando o rei e a rainha pelo cadafalso, toparam com uma grande cidade, de onde saiu muita gente em animada festa, com música, representação a cargo dos oficiais da Casa da Índia.

Entre outros, a rainha demorou-se a apreciar um cadafalso com uma copeira de vários degraus que, no início da Rua da Ourivesaria, exhibia objectos de prata branca e dourada pertencentes a grandes senhores, que alguns avaliaram em cem mil marcos; na base do cadafalso, duas serpentes de prata «que por engenho se meneavam e boliam como vivas, com rótulos<sup>49</sup> em suas bocas em que diziam tudo aquilo guardarem pera serviço da Rainha». Junto do pelourinho velho, de um lado ao outro, encontrava-se ainda um outro cadafalso representando as feitorias da Flandres «e de todas as outras partes em todas as postas grandes riquezas de mercadorias que nelas tratam»; outro feito pelos cerieiros, muito admirado por ser todo em cera, representando a fauna e a flora do Paraíso terreal tal como era então imaginado, ornado de árvores e flores, ervas onde se escondiam coelhos de todas as

cores e passeavam veados «e outras formosas alimárias». Por uma porta dourada saiu então um anjo que anunciou à rainha ser o guarda daquele «santo vergel», onde a rainha poderia entrar quando quisesse. A caminho da Sé, muitas outras representações e festividades – no cabo da Rua da Padaria, uma cidade que assistia ao combate de S. Jorge com a serpente, feita pelos ferradores de Lisboa, e junto da Sé ocorria a guerra de Tróia, que os reis se demoraram a apreciar, realizada pelos escolares, que logo ali pediram à rainha a confirmação dos seus privilégios. Era já tarde quando D. Manuel e D. Leonor, na capela-mor da Sé, beijaram o Santo Lenho, que solenemente lhes foi apresentado por D. Martinho da Costa, arcebispo da cidade. Concluída a cerimónia, os reis cavalgaram até ao Paço da Ribeira, onde se recolheram, caía a noite<sup>50</sup>. Assim terminava uma jornada de singular significado político e simbólico para a cidade e para a monarquia.

Consideremos agora a entrada de 1552. A entrada da princesa D. Joana em Lisboa constituiu o mais magnífico conjunto de festas públicas que se fizeram no reinado de D. João III, quer pelo fortíssimo efeito cenográfico que envolveram, quer pela dimensão dos meios financeiros, humanos e materiais que implicaram. Por outro lado, num plano comparativo com a entrada de 1521, e apesar de nem de uma nem de outra possuímos qualquer registo iconográfico, os quadros narrativos e descritivos existentes evidenciam alguns contrastes, nomeadamente no que diz respeito à concepção imagética e aos recursos usados: na entrada de 1521 é evidente a supremacia dos cadafalsos e dos quadros vivos, que imperavam nas entradas medievais; na de 1552, a referência aos quadros vivos é residual, em detrimento dos arcos triunfais, que, um pouco por toda a Europa, com a coroação de Carlos V em Bolonha, em 1530, e no contexto da difusão da cultura antiga com o humanismo renascentista, iam tomando um lugar preponderante nas entradas régias, doravante com uma forte componente arquitectónica e clássica<sup>51</sup>.

Grandioso era o cenário do Tejo, cuja travessia constituiu ela própria um espectáculo composto por dezenas de batéis engalanados com músicos e cantores, encontrando-se o rio coalhado de monstros, cavalos-marinhos, grifos e figuras mitológicas, serpentes, leões e tigres. Muitas destas embarcações e figuras eram iniciativa de corporações de ofícios, que desta forma se associavam à entrada triunfal.

O batel da Casa da Índia, em que seguiam o feitor e seus oficiais, ostentava na proa uma figura feminina vestida de seda, com uma coroa de prata branca, e na mão a divisa régia, a esfera do mundo; viam-se também os batéis do Armazém e da Alfândega, dos tabeliães do Crime e do Cível, de vários ricos mercadores. A embarcação dos mercadores «de lógea» seguia oculta por um imenso arco-íris onde se representavam os planetas em ouro e prata, levando na proa um S. Cristóvão com

os pés na água e um pinheiro na mão; na popa duas sereias. O batel dos mercadores flamengos tomava a forma de elefante, com um leão feroz na proa, munido de estandarte, e, a meio, as duas colunas de Hércules dos Habsburgo, ostentando em seus rótulos a divisa imperial: «*Plus oultre*». Junto ao toldo, dois homens fantasiando estranhos seres marinhos erguiam a coroa imperial. O batel da cidade de Lisboa, com o toldo de seda branca e preta, com a nau e o corvo pintados, os seus remeiros vestidos de libré branca e preta. Vistosa e original era, como sempre, a embarcação dos cerieiros. Toda ela era um jardim: na proa, uma macieira carregada de vermelhas maçãs, e no corpo do barco uma parreira com uvas, um jardim com múltiplas flores; na popa, mais árvores de fruto, carregadas. Tudo era feito de cera. E muitos outros batéis, rivalizando em originalidade e riqueza, mais portentosos uns, como o dos ourives da prata, que levava um arco triunfal pintado e com rodas, em cuja proa dois golfinhos sustentavam um homem negro vestido à mourisca e tangendo uma trombeta; outros mais modestos, como o dos moradores de Alfama, dos pedreiros, carnicheiros, peixeiros, correeiros e outras artes e ofícios povoando um rio denso de cor, símbolos, poder e fantasia<sup>52</sup>.

Durou várias horas, a travessia; punha-se já o sol quando a princesa e o rei desembarcaram num cais preparado, como noutros momentos, junto do Paço da Ribeira, estando a varanda do terreiro armada de panos ricos e alguns de seda e brocado. Aí a esperavam a rainha D. Catarina, o príncipe D. João, o cardeal D. Henrique e muitas damas, à luz de tochas acesas que alumiam aquele crepúsculo de Dezembro. Após os cumprimentos que o cerimonial de corte exigia, todos se recolheram ao paço, onde, na sala grande, os príncipes se receberam por palavras de presente pelo cardeal D. Henrique. Era tarde e não houve serão; mas a cidade continuava em festa, enfeitada com arcos triunfais, lançando fogo-de-artifício, entregue a folias e a jogos de rua.

As cerimónias de recepção oficial na cidade de Lisboa, no dia seguinte à chegada de D. Joana, iniciaram-se com o tradicional cortejo, estando as portas da Ribeira engalanadas e com um arco de triunfo, de iniciativa municipal, ostentando as imagens do Anjo Custódio, com as armas régias, S. Vicente à direita, à esquerda S. António, e ao centro um escudo com as armas da cidade. Depois da habitual «arenga» de boas-vindas, e da recepção pela Câmara de Lisboa e pelo seu alcaide-mor, D. Luís de Castro, no Largo do Pelourinho, o cortejo régio, sob o pátio de oito varas empunhado pelos vereadores e acompanhado por cavaleiros, prelados e fidalgos, encaminhou-se para receber a bênção religiosa na Sé, onde foi rezada missa, regressando depois ao Paço da Ribeira. As festas de rua prolongaram-se por oito dias, incluindo pequenas encenações teatrais e quadros vivos por iniciativa de tantos ofícios que faziam a vida e o quotidiano da cidade, que assim rivalizaram

entre si numa celebração que misturava, de forma a nossos olhos tão extraordinária, o sagrado e o profano, a citação erudita e o registo popular<sup>53</sup>.

Constituindo, portanto, uma prerrogativa municipal, embora com interferência régia, progressivamente a entrada triunfal veio a redundar num momento privilegiado da propaganda régia, em que o conjunto de mecanismos materiais e simbólicos postos em cena servia, sobretudo, para acentuar a majestade e o poder do rei e, através dele, da própria monarquia. Como sucedia também, de uma forma geral, nos outros reinos europeus, de uma cerimónia que em tempos medievais começara por ser relativamente simples, a entrada régia deixava de ser um «diálogo» entre governantes e governados<sup>54</sup> para se transformar, nos séculos XV e XVI, num grandioso espectáculo público e, literalmente, num instrumento da «teatralização» do poder<sup>55</sup>.

Em todo o caso, também a própria realza parecia depender desses momentos rituais, cerimónias comemorativas – para retomar a expressão de Paul Conner-ton – que «reactualizavam» simbolicamente o seu poder. Por vezes, eram as próprias vilas e cidades a «exigir» a presença dos monarcas, também imprescindível à distinção simbólica e à grandeza do lugar, como invocava Fernão Lopes de Castanheda a D. João III na primeira entrada do rei em Santarém, pouco após o seu casamento com D. Catarina, em 1525, ao lamentar como a vila fora «desfavorecida» pelo rei D. Manuel «com sua contínua ausência», ao contrário dos reis que o haviam antecedido. Exaltando as muitas bondades da terra, Castanheda exortava D. João III a favorecer a nobre vila de Santarém com a sua presença assídua<sup>56</sup>.

Esta questão não era de somenos importância. Na realidade, a *visão* do soberano, quer fosse ritual e majestática – a *parousía*<sup>57</sup> – ou não, fazia então parte da própria essência do poder e da comunicação política: o monarca, como sugeria de forma nostálgica e certa Garcia de Resende († 1536), tinha de ser visto para poder ser conhecido e amado – e sabemos o significado do tópico do *amor ao rei* na teoria política medieval<sup>58</sup>. Assim, as entradas dos reis nos diferentes lugares, numa época em que a itinerância declinava devido à progressiva sedentarização da corte, revestiam-se de crucial importância para o fortalecimento desse laço entre governantes e governados. No momento da entrada, através de todo um cerimonial que implicava o rei mas também os povos – aqui num sentido amplo, que inclui os poderes municipais, eclesiásticos, nobres e funcionários, gente dos ofícios –, era a totalidade do «corpo político» que estava em cena e se encontrava simbolicamente em unísono. A visão do monarca era, sem dúvida, essencial à construção de um sentimento colectivo e social de pertença, de edificação de uma *memória partilhada*, de que atrás falávamos; outros mecanismos de identificação existiam, e outros o próprio poder se encarregaria de ir criando, sedimen-

tando também a mediação e a distância entre o rei e os súbditos: mas, ainda no século XVI, *ver o rei* era decisivo para que os povos pudessem amá-lo, embora, pela pena de Resende, essa noção fosse sentida, talvez de forma um pouco nostálgica, como correspondendo a uma prática antiga que entretanto se perdera:

*Quando os príncipes saíam  
Dias santos, cavalgavam,  
Todos seus povos os viam,  
Eles viam e ouviam  
Todos quantos lhes falavam.  
Ninguém pode ser querido  
De quem não é conhecido.  
Que os olhos hão-de olhar  
Para o coração amar  
O que tem visto e sabido.<sup>59</sup>*

Era também por isso que outros momentos de relevo se tornavam politicamente importantes na comunicação do rei com os povos, como é o caso dos casamentos dos reis, príncipes e infantes. Tratava-se de ocasiões que acabavam por ter uma forte componente pública e festiva, por vezes em articulação com o próprio recebimento, como aconteceu em 1552 com a entrada de D. Joana em Lisboa ou, em 1525, quando Catarina de Áustria foi recebida em festa na raia alentejana para se casar com D. João III<sup>60</sup>, não tendo entrado depois em Lisboa em virtude da peste que então aí grassava intermitentemente desde 1521<sup>61</sup> – o que não impediu que a cidade promovesse amplos festejos comemorando o casamento do rei *in absentia*, como aliás acontecera um pouco por todo o reino<sup>62</sup>. Particularmente imponentes foram as festas de casamento da infanta D. Beatriz (n. 1504) com Carlos III, duque de Sabóia, em Abril de 1521<sup>63</sup>, cujo aparato podemos divisar através da minuciosa e expressiva descrição de Garcia de Resende<sup>64</sup>. A nada se poupou D. Manuel para prover a faustosa partida da primeira filha que se casava, momento privilegiado, como bem notava Gaspar Correia, «para que pelas terras que passasse vissem sua muita grandeza e poder»<sup>65</sup>. Foi este o último grande acto público do *Venturoso*, que morreu a 13 de Dezembro desse ano, levado pela peste, que mais uma vez visitava a capital do reino.

Outros casamentos régios, de crucial importância política para a monarquia portuguesa na primeira metade do século XVI, seguiram idêntico padrão cerimonial, com festividades no palácio e no contexto da corte, mas também com uma importante dimensão de festa pública. Referimo-nos ao casamento da infanta

D. Isabel (n. 1503) com o imperador Carlos V, velho sonho acalentado por D. Manuel, a que D. João III conseguiu dar seguimento no difícil ano de 1525, naquele que foi, sem dúvida, uma das «coroas de glória» diplomáticas dos seus primeiros anos de reinado<sup>66</sup>, e, em 1543, ao casamento da infanta D. Maria (n. 1527), filha de D. João III e de D. Catarina, com Filipe das Astúrias, primogénito e herdeiro de Carlos V, que provocara grave dissídio político na corte portuguesa<sup>67</sup>. Em ambos os casos, conhecemos com algum pormenor os desposórios no interior dos paços, respectivamente de Almeirim e dos Estaus, em Lisboa; salas, câmaras e aposentos encontravam-se armados de riquíssimos panos de brocado e de sumptuosas tapeçarias. Na presença da corte e dos embaixadores, tiveram lugar o «selar» do contrato de casamento, com a bênção religiosa, os banquetes, os serões com música e dança, e a representação de uma peça teatral alusiva – no caso da partida de D. Isabel, tratou-se da tragicomédia vicentina *Templo de Apolo*; em 1543, representou-se, à noite, uma farsa, que infelizmente o cronista não identifica<sup>68</sup>.

As festividades que envolveram as partidas da imperatriz e da princesa das Astúrias estiveram ao nível de tão subidos enlaces – embora, no caso de D. Isabel, se tenham tornado mais discretas quando se soube, em Almeirim, da morte da rainha D. Leonor (n. 1458), viúva de D. João II e tia de D. João III, ocorrida a 17 de Novembro. A 30 de Janeiro, a imperatriz partiu de Almeirim<sup>69</sup> com o rei, que a acompanhou até à Chamusca, regressando depois a Almeirim. Conduziram D. Isabel os infantes seus irmãos, D. Luís e D. Fernando, que na raia haviam de fazer a entrega, o duque de Bragança, o marquês de Vila Real, que ia por embaixador com a incumbência de acompanhar D. Isabel até ao imperador, e muitos outros senhores e fidalgos, em jornada de grande pompa. Sempre com muito povo pelos caminhos e lugares, chegaram à cidade de Elvas, onde a imperatriz descansou alguns dias. Já em Badajoz se encontrava a comitiva que integrava os duques de Calábria e de Béjar, bem como o arcebispo de Toledo, para levar a imperatriz até à andaluza cidade de Sevilha, onde se realizariam em Abril as bodas com o imperador.

No dia apazado, ambas as comitivas se deslocaram até à raia. Saiu então D. Isabel de Elvas, numa liteira, em cortejo de grande aparato – ladeada por oito moços de estribeira vestidos de jaquetas de brocado e calças de grã, outros oito de calças brancas e jaquetas de veludo negro, e três pajens de tela de ouro –, acompanhada pelos infantes, vestidos com saios e capuzes e barretes redondos, pretos, «sinal de dó pela morte da rainha D. Leonor, sua tia», e pelo marquês de Vila Real, D. Pedro de Meneses, portador de minucioso regimento do rei, na sua qualidade de embaixador ao imperador, e muitos outros nobres e fidalgos<sup>70</sup>. Precedendo a

comitiva, iam o rei de armas de Portugal e o arauto de Lisboa, quatro porteiros de maças, charamelas, trombetas e atabales, anunciando aos diversos lugares e aos povos a passagem do cortejo. Um pouco antes da chegada à raia, a imperatriz D. Isabel passou da liteira em que ia para uma faca<sup>71</sup> branca ricamente ajazada. Perante grande multidão de gente que se aglomerava para assistir ao acto da entrega, destacava-se a imagem de D. Isabel, «de semblante grave e quieto», no seu cavalo, no meio de grande e espaçoso círculo formado pelos nobres portugueses e os grandes de Espanha, a cavalo, depois de a pé lhe terem beijado a mão. Tomando o cavalo pela rédea, depois de lidas as procurações, o infante D. Luís, condestável do reino, fez a entrega da imperatriz ao procurador de Carlos V, o duque de Calábria, iniciando-se então a viagem em direcção a Sevilha<sup>72</sup>.

Também a partida de D. Maria, agora princesa das Astúrias, em 1543, apesar do difícil processo que conduziu ao seu enlace com o filho de Carlos V, constituiu um momento de celebração de grande importância para a monarquia portuguesa. Depois das festas no Paço dos Estaus, acompanhadas, um pouco por toda a cidade de Lisboa, por «muitas folias, e danças e invenções e momos e muitas pélas»<sup>73</sup>, chegava finalmente o momento da partida<sup>74</sup>. D. João III, seguido dos infantes D. Luís e D. Henrique, do núncio papal, do embaixador castelhano e de muitos senhores de título, tomando a filha pela mão, acompanhou-a até ao cavalo em que iniciava a sua jornada. As ruas de Lisboa, desde o paço até ao Cais da Pedra, na Ribeira, engalanaram-se de tapeçarias e panos de ouro e de seda; a gente era tanta, acotovelando-se nas ruas e às janelas para ver passar o rei e a princesa, que a comitiva demorou mais de hora e meia a chegar ao cais. Passando uma ponte de madeira ornamentada, D. João III ajudou a filha a entrar para a embarcação com toldo de brocado que, acompanhada de muitos barcos e caravelas embandeirados, havia de conduzi-la a Alcochete, primeira etapa da sua viagem até à raia alentejana. Soaram salvas de artilharia em terra e nos barcos, e a princesa D. Maria, acompanhada das suas damas e de grande casa, partiu, sob o olhar do pai, a caminho do seu novo destino.

Depois de Alcochete, Montemor-o-Novo, Évora, Estremoz e Elvas foram as etapas da sua jornada e de uma grande comitiva de grandes senhores e fidalgos, além dos muitos membros da sua casa, do capelão-mor do rei e do duque de Bragança, até à fronteira. Em todas as localidades, a entrada da princesa, sempre recebida por muita gente a pé e a cavalo, bem como por centenas de populares, era assinalada com danças, folias, fogo-de-artifício, arcos triunfais, touros e festas, mas também, dando corpo a um costume antigo, com a passagem furtiva de grupos de castelhanos embuçados, como dava conta o duque de Bragança ao rei<sup>75</sup>, para verem a princesa das Astúrias. Terça-feira, 23 de Outubro, no mesmo lugar

da raia e observando um ritual tantas vezes repetido<sup>76</sup>, procederam à entrega da princesa, perante a expectativa de muitas centenas de pessoas dos dois lados da fronteira, o duque de Bragança, D. Teodósio, e o arcebispo de Lisboa e capelão-mor do rei, D. Fernando de Meneses e Vasconcelos; receberam-na, por ordem do imperador Carlos V, o duque de Medina Sidónia e o bispo de Cartagena, acompanhados de muitos outros senhores e cavaleiros, com grande pompa e ostentação de riqueza<sup>77</sup>. O destino era Salamanca, onde havia de realizar-se o matrimónio religioso dos príncipes das Astúrias.

Uma outra cerimónia ritual, profundamente singular, se tivermos em conta o momento em que teve lugar, foi a cerimónia em que o príncipe D. João (n. 1537), único sobrevivente dos nove filhos de D. João III e de D. Catarina, e herdeiro do trono, foi armado cavaleiro, pouco depois do seu casamento com D. Joana de Áustria, ocorrido por procuração em Toro, a 11 de Janeiro de 1552, e a 30 de Janeiro em Portugal. Em pleno século XVI, a monarquia recuperava a cerimónia iniciática medieval, facto que tem de compreender-se no contexto de revivescência da literatura novelesca e da ideologia cavaleiresca, particularmente notória no mundo peninsular a partir da publicação, em 1508, do celebrado *Amadis de Gaula*. Num tempo que não comportava já o ascendente da cavalaria na ordem social, a literatura e o gosto aristocrático recuperavam a voga da aventura e o protagonismo do cavaleiro<sup>78</sup>: o torneio de Xabregas, em 1552, era bem a metáfora da nostalgia de uma ordem perdida, ao mesmo tempo que o momento da maioridade simbólica de um futuro rei.

Assim, enquanto aguardava a chegada da princesa, em Agosto, no dia da Assunção de Nossa Senhora, D. João cumpriu mais uma etapa cerimonial e simbolicamente significativa da sua condição de herdeiro do trono: em grandiosas festas celebradas na «aprazível praia de douradas areias» de Xabregas, na presença dos reis, seus pais, da infanta D. Maria, dos infantes, seus tios, e de toda uma corte vestida de gala, o príncipe do Brasil, qual cavaleiro de um tempo que ia fenecendo, em renhido e lustroso torneio foi solenemente armado cavaleiro<sup>79</sup>.

Se, em 1552, em Xabregas, a inspiração fora cavaleiresca, precisamente vinte anos depois, em 1572, D. Sebastião, jovem rei que haviam educado para ser, fora do tempo, um rei-cavaleiro<sup>80</sup>, recebia em triunfo, em Lisboa, o vice-rei da Índia, D. Luís de Ataíde<sup>81</sup>, coberto de glória, distinguindo-o com honras de herói<sup>82</sup>. Os relatos mostram bem a importância política que o monarca atribuiu a este momento politicamente significativo como era o do regresso de D. Luís de Ataíde. Por um lado, as suas vitórias no Oriente eram, também, as vitórias do rei de Portugal, e por isso era necessário comemorá-las com festas públicas; mas, num outro plano, no contexto político e ideológico então vivido, esse regresso triunfal

acentuava na mente do rei a ideia que então acalentava de passar à Índia – acabando por se fixar depois, em definitivo, no projecto marroquino<sup>83</sup>. Quis D. Sebastião recebê-lo como herói. Na solene procissão que ordenou a 25 de Julho, dia do Apóstolo Santiago, que saiu da Sé e foi a S. Domingos, na presença de muito povo que concorreu para assistir ao cortejo, debaixo do pálio que acolhia as pessoas régias, à sua mão direita – honra a poucos concedida –, estava o vice-rei. Depois, durante a missa solene, D. Luís de Ataíde tomou lugar debaixo do dossel destinado ao monarca, e em conjunto ouviram a pregação do jesuíta Inácio Martins, que, do púlpito, inflamadamente louvou as grandes vitórias – que eram também as de Cristo – de D. Luís da Cunha na Índia. Terminadas as cerimónias religiosas, seguiu-se banquete no paço, e à tarde, em Alcântara, com a participação de muitos fidalgos, um jogo de canas em que o próprio rei fez questão de participar. Oito dias mais tarde, por ordem régia, novo jogo de canas e muita música, e a ordem do rei para que em todo o reino as autoridades religiosas fizessem celebrar nos seus distritos as grandes vitórias de D. Luís, que o rei fez conde de Atouguia em 1577, aquando da sua segunda nomeação como vice-rei<sup>84</sup>.

O recebimento que o monarca dispensou ao 10.º vice-rei da Índia em 1572, pelo seu significado simbólico e ritual, insere-se plenamente, como os outros eventos considerados, naquele que foi o âmago da nossa reflexão ao longo do texto que agora concluímos. Ou seja, a noção de que, além dos factos, sucessos, instituições, leis e actos de governação que construíram, ao longo dos séculos, o poder dos reis e da monarquia, é necessário atender a esses outros momentos constituídos por celebrações e acções rituais e comemorativas de diferente natureza que, longe de se limitarem a uma dimensão lúdica ou ostentatória com um significado confinado no tempo e no espaço, integram, de forma central, o poder e o sistema de comunicação política da realeza na época moderna.

## NOTAS

- <sup>1</sup> Destacamos: Mircea Eliade (1952), *Images et symboles: Essais sur le symbolisme magico-religieux*, Paris: Gallimard; *idem* (1963), *Aspects du mythe*, Paris: Gallimard; *idem* (s.d.), *O Sagrado e o Profano: A essência das religiões*, Lisboa: Livros do Brasil; *maxime*: (1949), *Traité d'histoire des religions*, prefácio de Georges Dumézil, Paris: Payot.
- <sup>2</sup> Mircea Eliade (1949), *Le mythe de l'éternel retour: Archétypes et répétition*, 2.<sup>a</sup> ed., Paris: Gallimard.
- <sup>3</sup> Maurice Halbwachs (1994, 1.<sup>a</sup> ed. 1925), *Les cadres sociaux de la mémoire*, posfácio de Gérard Namer, Paris: Albin Michel; *idem* (1997, 1.<sup>a</sup> ed. 1950), *La mémoire collective*, edição crítica de Gérard Namer, Paris: Albin Michel. Registo aqui a minha gratidão para com Vitorino Magalhães Godinho, que foi quem, há muitos anos, me deu a conhecer a obra de Halbwachs.
- <sup>4</sup> Mircea Eliade (1949), «La mémoire collective est anhistorique», *Le mythe de l'éternel retour...*, cit., p. 76.
- <sup>5</sup> Paul Connerton (1993), *Como as Sociedades Recordam*, Oeiras: Celta Editora.
- <sup>6</sup> *Idem, ibidem*, p. 4.
- <sup>7</sup> «[...] em todas as culturas, muita da coreografia da autoridade é exprimida através do corpo», *idem, ibidem*, p. 89. V. os caps. 2, «Cerimónias comemorativas», pp. 49-86, e 3, «Práticas corporais», pp. 87-126, onde é evidente e central a lição de Michel Foucault. Ainda sobre a centralidade do corpo na sua relação com o poder, v. Sergio Bertelli e Grottanelli Cristiano (coord.) (1990), *Gli occhi di Alessandro: Potere sovrano e sacralità del corpo da Alessandro Magno a Ceausescu*, Florença: Ponte Alle Grazie.
- <sup>8</sup> Jacques Heers (1987), *Festas de Loucos e Carnavais*, Lisboa: Dom Quixote. A propósito de uma reflexão que não faremos aqui, v. ainda, por exemplo, Mikhail Bakhtine (1970), *L'oeuvre de François Rabelais et la culture populaire au Moyen Âge et sous la Renaissance*, Paris: Gallimard; Oronzo Giordano (1983), *Religiosidad popular en la Alta Edad Media*, Madrid: Editorial Gredos; Piero Camporesi (1991), *Rustici e bufoni: Cultura popolare e cultura d'élite fra Medioevo ed età moderna*, Turim: Einaudi; Aaron Gourevitch (1992), *La culture populaire au Moyen Âge: «Simplices et docti»*, Paris: Aubier; Jean Verdon (1996), *Le plaisir au Moyen Âge*, Paris: Perrin.
- <sup>9</sup> Ana Isabel Buescu (1998), «Uma sepultura para o rei: Morte e memória na trasladação de D. Manuel (1551)», *Lugares do Poder: Europa do século xv a xx*, Colóquio do ACARTE/FCG e do GES da FCSH (FCG, 19-22 de Junho de 1996), org. Rita Costa Gomes e Gérard Sabatier, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 183-203; *idem* (2002-2006), «Francisco de Melo, orador régio em Évora (1535)», *Actas do Colóquio Évora, o Foral Manuelino e o Devir Quinhentista, A Cidade de Évora: Boletim de Cultura da Câmara Municipal de Évora*, 2.<sup>a</sup> série, 6, pp. 365-374; *idem* (2007), «As entradas régias em Portugal no século XVI: Uma revisita», *Problematizar a História: Estudos de História Moderna em homenagem a Maria do Rosário Themudo Barata*, Lisboa: Caleidoscópio, pp. 143-163; *idem* (2008), *D. João III (1502-1557)*, Lisboa: Temas & Debates, pp. 127-137; *idem* (2009), «Crato ou Estremoz? O casamento de D. João III e de D. Catarina de Áustria segundo um documento inédito», *A Cidade de Évora: Boletim de Cultura da Câmara Municipal de Évora*, 2.<sup>a</sup> série, 8, pp. 349-370.
- <sup>10</sup> Tomamos aqui o conceito de Élodie Lecuppre-Desjardin usado no seu estudo sobre as entradas régias, (2004), *La ville des cérémonies: Essai sur la communication politique dans les anciens Pays-Bas bourguignons*, Turnhout: Brepols.

- <sup>11</sup> Por falta de espaço, não analisaremos aqui alguns destes momentos rituais, por nós estudados noutras ocasiões, a saber, e dentro do período que aqui consideramos: as entronizações de D. João III em 1522 e de D. Sebastião em 1568, o funeral de D. João III em 1557 e as cerimónias de trasladação de 1551 e de 1572. Contudo, elencamo-los porque, sob o ponto de vista político e simbólico, fazem parte do conjunto de momentos rituais relativos aos dispositivos de comunicação política da realeza que constitui o objecto central deste estudo.
- <sup>12</sup> Roy Strong (1986, 1.ª ed. 1973), *Art and Power: Renaissance festivals 1450-1650*, Woodbridge: The Boydell Press, p. 77.
- <sup>13</sup> No caso português, a existência de elementos litúrgicos no acto de coroação dos reis medievais foi analisada por José Mattoso, suscitando polémica com Peter Linehan. V. Mattoso (2000), «A coroação dos primeiros reis de Portugal», *Naquele Tempo: Ensaios de História Medieval, Obras Completas*, I, Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 501-518, e Peter Linehan (1997), «Utrum reges Portugalie coronabatur annon», *2.º Congresso Histórico de Guimarães: Actas do Congresso*, II, Guimarães: CMG-Universidade do Minho, pp. 387-401. Para os casos das monarquias francesa e inglesa, v. Marc Bloch (1983, 1.ª ed. 1924), *Les rois thaumaturges: Étude sur le caractère surnaturel attribué à la puissance royale particulièrement en France et en Angleterre*, prefácio de Jacques Le Goff, Paris: Gallimard; Richard A. Jackson (1984), *Vivat Rex: Histoire des sacres et couronnements en France*, Paris: Éditions Ophrys; *idem* (coord.) (1995-2000), *Ordines Coronationis Franciae: Texts and ordines for the coronation of Frankish and French kings and queens in the Middle Ages*, 2 vols., Filadélfia: University of Pennsylvania Press; *Le Sacre des Rois: Actes du Colloque international d'histoire sur les sacres et couronnements royaux (Reims, 1975)* (1985), Paris: Les Belles Lettres; Roy Strong (2005), *Coronation: A history of kingship and the British Monarchy*, Londres, Harper Collins.
- <sup>14</sup> Sergio Bertelli (1990), *Il corpo del re: Sacralità del potere nell'Europa medievale e moderna*, Florença: Ponte Alle Grazie.
- <sup>15</sup> David Cannadine e Simon Price (coord.) (1992), *Rituals of Royalty: Power and ceremonial in traditional societies*, Cambridge: CUP.
- <sup>16</sup> Marc Bloch, *Les rois thaumaturges*, cit.
- <sup>17</sup> Ernst Kantorowicz (1985, 1.ª ed. 1957), *Los dos cuerpos del rey: Un estudio de teología política medieval*, Madrid: Alianza Editorial.
- <sup>18</sup> Ralph Giesey (1987, 1.ª ed. 1960), *Le roi ne meurt jamais: Les obsèques royales dans la France de la Renaissance*, Paris: Flammarion; *idem* (1987), *Cérémonial et puissance souveraine: France, xv<sup>e</sup>-xvii<sup>e</sup> siècles*, Paris: Armand Colin.
- <sup>19</sup> Bernard Guenée e François Lehoux (1968), *Les entrées royales françaises de 1328 à 1515*, Paris: CNRS.
- <sup>20</sup> Roy Strong (1986, 1.ª ed. 1973), *Art and Power...* cit. Esta obra inclui, em apêndice, uma listagem cronológica dos mais importantes festivais entre 1494 e 1641, da qual apenas constam, para o caso português, as entradas em Lisboa de Filipe I, em 1581, e de Filipe II, em 1619, pp. 175-179. Apresenta ainda um importante apêndice iconográfico de 115 ilustrações relativas ao tema dos festivais e das entradas.
- <sup>21</sup> Frances A. Yates (1985, 1.ª ed. 1975), *Astraea: The imperial theme in the sixteenth century*, Londres, Boston, Melbourne e Henley: Ark Paperbacks.
- <sup>22</sup> Jean Jacquot e Elie Konigson (coord.) (1956-75), *Les fêtes de la Renaissance*, 3 vols., Paris: CNRS.
- <sup>23</sup> V. o conjunto de estudos reunidos no vol. 31 (2009) da revista *Historia Moderna* (Univ. Salamanca), número temático sobre *Fiesta y poder (siglos XVI y XVII)*, de que destacamos a apresenta-

- ção de Carmen Sanz Ayán, «Presentación: Fiesta y poder (siglos XVI y XVII)», pp. 13-17, e o balanço de Santiago Martínez Hernández, «Cultura festiva y poder en la monarquía hispánica y su mundo: Convergencias historiográficas y perspectivas de análisis», pp. 127-152.
- <sup>24</sup> Anne-Marie Lecoq (1987), *François Ier imaginaire: Symbolique et politique à l'aube de la Renaissance française*, Paris: Macula.
- <sup>25</sup> Ana Maria Alves (s.d.), *As Entradas Régias Portuguesas: Uma visão de conjunto*, Lisboa: Livros Horizonte.
- <sup>26</sup> Diogo Ramada Curto (1991), «Ritos e cerimónias da monarquia em Portugal (séculos XVI a XVIII)», *A Memória da Nação*, org. Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto, Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, pp. 201-265.
- <sup>27</sup> Francisco Ribeiro da Silva (1987), «A viagem de Filipe III a Portugal: Itinerários e problemática», *Revista de Ciências Históricas*, II, pp. 223-260.
- <sup>28</sup> Renata de Araújo (1990), *Lisboa: A Cidade e o Espectáculo na Época dos Descobrimentos*, Lisboa: Livros Horizonte.
- <sup>29</sup> Rita Costa Gomes (1995), *A Corte dos Reis de Portugal nos Finais da Idade Média*, Lisboa: Difel; *idem* (1996), «Sobre a festa e o rito, na corte medieval», *Cadernos do Noroeste*, 9 (2), pp. 9-22.
- <sup>30</sup> Pedro Cardim (2001), «Entradas solenes: Rituais comunitários e festas políticas, Portugal e Brasil, séculos XVI e XVII», *Festa: Cultura e sociabilidade na América portuguesa*, org. István Jancsó e Íris Kantor, São Paulo: EDUSP, pp. 97-124.
- <sup>31</sup> José Pedro Paiva (2002), «As festas de corte em Portugal no período filipino (1580-1640)», *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 2, pp. 11-28, em que o autor apresenta também um útil «estado da questão».
- <sup>32</sup> Ana Cristina Araújo (2004), «Cultos da realeza e cerimoniais de Estado no tempo de D. Manuel I», III Congresso Histórico de Guimarães: D. Manuel e a sua época (24 a 27 de Outubro de 2001), IV, *Arte e Cultura*, Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, pp. 73-94.
- <sup>33</sup> Maria Paula Marçal Lourenço (2002), «A entrada da rainha D. Catarina de Áustria por terras do Alentejo em 1525: Triunfo, festa e poder», *A Cidade de Évora: Boletim de Cultura da Câmara Municipal*, 2.ª série, n.º 6, pp. 161-177.
- <sup>34</sup> V. *supra*, nota 11.
- <sup>35</sup> Essa importância central das entradas régias é evidenciada por Anne-Marie Lecoq na sua obra *François Ier imaginaire...*, cit., em particular nas pp. 113-115, 144-148, 171-176, 186-211, 268-274, 361-391, bem como por Roy Strong, ob. cit.
- <sup>36</sup> Não consideramos aqui as entradas que os reis faziam noutras cidades e lugares no âmbito de uma monarquia que, caminhando para uma progressiva sedentarização própria da época moderna, mantinha ainda no século XVI a prática de uma itinerância herdada da realeza medieval. Essas entradas dos reis eram também assinaladas pelos poderes municipais, a uma escala evidentemente mais exígua, embora não menos significante sob o ponto de vista político e simbólico.
- <sup>37</sup> Leonor de Áustria (1498-1558), filha primogénita de Filipe, o Belo, e de Joana, a Louca, e irmã do imperador Carlos V.
- <sup>38</sup> V. a minuciosa descrição da entrada de 1552 existente na British Library, e pela primeira vez publicada por Ana Maria Alves, ob. cit., pp. 76-84.
- <sup>39</sup> Eduardo Freire de Oliveira (1882), *Elementos para a História do Município de Lisboa*, 1.ª parte, I, Lisboa, p. 9 e p. 92.
- <sup>40</sup> *Idem, ibidem*, p. 513.

- <sup>41</sup> Gaspar Correia (1992), *Crónicas de D. Manuel e de D. João III (até 1533)*, leitura, introdução, notas e índice por José Pereira da Costa, Lisboa: Academia das Ciências, pp. 126-132.
- <sup>42</sup> Eduardo Freire de Oliveira, ob. cit., p. 516.
- <sup>43</sup> João Castel-Branco Pereira (2000), «Posteridades do efémero», *Arte Efêmera em Portugal*, Catálogo da exposição, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 8-13.
- <sup>44</sup> Rafael Bluteau (1712), *Vocabulário Portuguez e Latino...*, II, Coimbra: Colégio das Artes s.v.
- <sup>45</sup> Eduardo Freire de Oliveira, ob. cit., p. 516.
- <sup>46</sup> *Idem, ibidem*, p. 519.
- <sup>47</sup> *Idem, ibidem*, p. 92.
- <sup>48</sup> Os *tableaux vivants* de que fala Roy Strong, ob. cit., p. 80.
- <sup>49</sup> Dizeres, legendas.
- <sup>50</sup> Gaspar Correia, *Crónicas...*, pp. 126-132.
- <sup>51</sup> Roy Strong, ob. cit., pp.78-81.
- <sup>52</sup> Manuel de Meneses (1730), *Chronica do muito alto, e muito esclarecido principe D. Sebastião, decimo sexto rey de Portugal [...]*, parte I, *Que contém os successos deste reyno, e conquistas em sua menoridade*, Lisboa: Officina Ferreiriana, cap. 3, pp. 11-15. BA, 50-V-19, fols. 84v-86v.
- <sup>53</sup> Ana Maria Alves, ob. cit., pp. 37-4, 76-84; e Manuel de Meneses, *Chronica...*, cap. 4, pp. 16-20.
- <sup>54</sup> Roy Strong, *Art and Power...*, cit., p. 48.
- <sup>55</sup> Cynthia Brown (2005), «Introduction» a Pierre Gringore, *Les entrées royales à Paris de Marie d'Angleterre (1514) et Claude de France (1517)*, Genebra: Droz, p. 20. Este estudo inclui um importante balanço historiográfico relativo às entradas régias. Gordon Kipling (1998), *Enter the King: Theatre, liturgy, and ritual in the medieval civic triumph*, Oxford: Clarendon Press.
- <sup>56</sup> BNP, cod. 8920, fol. 125.
- <sup>57</sup> Sergio Bertelli, ob. cit., p. 28.
- <sup>58</sup> José Luis Bermejo Cabrero (1973), «Amor y temor al rey: Evolución de un tópico político», *Revista de Estudios Políticos*, 192, pp. 107-127; *idem* (1986), *Máximas, principios y símbolos políticos*, Madrid: Centro de Estudios Constitucionales.
- <sup>59</sup> Garcia de Resende (1991), «Miscelânea», *Crónica de D. João II e Miscelânea*, reimpressão fac-similada da nova edição conforme a de 1798, prefácio de Joaquim Veríssimo Serrão, Lisboa: IN-CM, p. 361.
- <sup>60</sup> BA, 51-VI-40, «Carta que foi escripta à rainha D. Leonor sobre a vinda e recebimento da rainha D. Catherina, mulher de D. João III», fols. 41-54, publ. por Ana Isabel Buescu, «Crato ou Estremoz?...», cit.
- <sup>61</sup> Ana Isabel Buescu (2007), *Catarina de Áustria (1507-1578): Infanta de Tordesilhas, rainha de Portugal*, Lisboa: A Esfera dos Livros, p. 171.
- <sup>62</sup> *Idem, ibidem*, pp. 154-155.
- <sup>63</sup> Embora a partida da infanta para Nice viesse a ter lugar apenas no mês de Agosto.
- <sup>64</sup> Garcia de Resende (1991), «Hida da Infanta Dona Beatriz pera Saboya», *Crónica de D. João II e Miscelânea*, ed. cit., pp. 319-334.
- <sup>65</sup> Gaspar Correia, *Crónicas...*, ed. cit., p. 144.
- <sup>66</sup> Ana Isabel Buescu, *D. João III...*, cit., pp. 187-191.
- <sup>67</sup> Sobre todo este processo, *idem*, *Catarina de Áustria...* cit., pp. 265-275.
- <sup>68</sup> Francisco de Andrada (1976), *Crónica de D. João III*, introdução e revisão de Manuel Lopes de Almeida, Porto: Lello & Irmão, parte III, cap. 89, p. 859.
- <sup>69</sup> E não em Lisboa, como vários historiadores inadvertidamente assinalam, pois era no Paço de Almeirim que se encontrava a corte e que daí partiu D. Isabel em direcção à raia para as bodas em

- Sevilha. V., por exemplo, Pierre Chaunu e Michèle Escamilla (2000), *Charles Quint*, Paris: Fayard, p. 682.
- <sup>70</sup> *Relações de Pêro de Alcáçova Carneiro, conde da Idanha, do tempo que ele e seu pai, António Carneiro, serviram de secretários (1515 a 1568)*, 1937, publicação, revisão e notas por Ernesto de Campos de Andrada, Lisboa: Imprensa Nacional.
- <sup>71</sup> Termo usado no século XVI para designar um cavalo pequeno e forte.
- <sup>72</sup> Francisco de Andrada, *Crónica...*, I, cap. 93; *Relações...*, pp. 230-233 e Fr. Luís de Sousa, *Anais...*, I, liv. III, caps. 3 e 16, onde encontramos pormenorizadas descrições desta partida.
- <sup>73</sup> *Provas de História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, publicadas por António Caetano de Sousa, nova edição revista por M. Lopes de Almeida e César Pegado, Coimbra: Atlântida, III, P. I, 1948, p. 143.
- <sup>74</sup> Francisco de Andrada, *Crónica...*, III, cap. 89, pp. 859-860.
- <sup>75</sup> *Relações...*, p. 304.
- <sup>76</sup> Minuciosamente descrito no regimento dado ao duque de Bragança. *Ibidem*, pp. 276-277.
- <sup>77</sup> *Ibidem*, pp. 274-275; Francisco de Andrada, *Crónica...*, III, cap. 89.
- <sup>78</sup> Vitorino Magalhães Godinho (1990), «Inovação e permanências nos séculos XV e XVI entre mito e utopia», *Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar: Séculos XIII-XVIII*, Lisboa: Difel, pp. 140-142.
- <sup>79</sup> Veja-se a extraordinária descrição destas festas por Jorge Ferreira de Vasconcelos (1998, 1.<sup>a</sup> ed. 1567), *Memorial das Proezas da Segunda Távola Redonda: Ao muito alto e muito poderoso Rei Dom Sebastião, primeiro deste nome em Portugal, nosso Senhor*, ed. conforme a de 1567, prefácio, actualização, transcrição do texto e notas de João Palma-Ferreira, Porto: Lello Editores, pp. 372-397.
- <sup>80</sup> Maria Augusta Cruz (2006) *D. Sebastião*, Lisboa: Círculo de Leitores, p. 205.
- <sup>81</sup> 3.<sup>o</sup> conde de Atouguia desde 1577, 10.<sup>o</sup> vice-rei da Índia (1568-1571), cargo que voltou a desempenhar em 1577, depois de ter estado nomeado para o comando da empresa marroquina. Não cumpriu este segundo mandato de três anos como 12.<sup>o</sup> vice-rei, falecendo em Goa, em 1581. Anselmo Braamcamp Freire (1973), *Brasões da Sala de Sintra*, vol. III, Lisboa: IN-CM, pp. 427-428.
- <sup>82</sup> Diogo Barbosa Machado (1747), *Memórias para a História de Portugal, que compreendem o governo del Rey D. Sebastião, unico em o nome, e decimo sexto entre os Monarchas Portugueses*, P. III, liv. II, cap. 15, Lisboa: José Antonio da Silva, Regia Officina Sylviana, pp. 443-446. Maria Augusta Lima Cruz, ob. cit., pp. 208-209.
- <sup>83</sup> P.<sup>e</sup> José Pereira Baião (1737), *Portugal cuidadoso e lastimado com a vida, e perda do Senhor Rey Dom Sebastião, o Desejado, de saudosa memoria: Historia chronologica de suas acções e successos desta monarchia*, liv. II, cap. 25, Lisboa: António de Sousa da Silva, pp. 247-251. Diogo Barbosa Machado, *Memórias...*, P. III, liv. II, cap. 4, p. 319.
- <sup>84</sup> P.<sup>e</sup> José Pereira Baião, ob. cit., cap. 27, pp. 258-260.